

AS NOVAS TECNOLOGIAS NA SALA DE AULA: UM OLHAR SOBRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Moizés Franco Ferreira¹
UNINTER
moizesfranco@hotmail.com

Edna Câmara Monteiro²
UVA/UNAVIDA
edna_9909@hotmail.com

Maria Aparecida Fernandes Medeiros³
UVA/UNAVIDA
Professora_aparecida@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo apresenta uma pesquisa realizada em duas escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Campina Grande, que ofertam Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Sala de Recursos Multifuncionais e partiu dos seguintes questionamentos: Quais as efetivas funcionalidades das ferramentas digitais na prática pedagógica do professor de AEE? Como o uso dessas novas tecnologias pode contribuir para ampliar habilidades funcionais dos alunos com deficiência que são atendidos pela Sala de AEE? A pesquisa teve como objetivo geral analisar como se dá as práticas de letramentos digitais no fazer pedagógico do professor da Sala de AEE, em escolas da rede municipal de ensino de Campina Grande (PB) e se estas práticas contribuem para inclusão de alunos com deficiências. Os procedimentos metodológicos compreenderam estudos bibliográficos, documentais e a pesquisa de campo de natureza qualitativa, valorizando os aspectos descritivos e as percepções para focalizar o particular como elemento de uma totalidade, procurando compreender os sujeitos envolvidos em seu contexto, adotando uma abordagem histórico-dialética, pois possibilita a apreensão da realidade em suas múltiplas determinações. Para coleta e análise dos dados, foram aplicadas as seguintes técnicas de pesquisa qualitativa: a observação direta e a aplicação de entrevistas semiestruturadas. O estudo apontou para a necessidade de se investir nas estruturas físicas, utensílios e equipamentos disponíveis para o AEE de modo a garantir que as novas tecnologias possam contribuir para práticas pedagógicas mais inclusivas.

Palavras-Chave: Inclusão Escolar. Novas Tecnologias. AEE.

¹ Licenciado em Química (UEPB); Cursando Licenciatura em Pedagogia (UNINTER).; Secretário escolar da rede Municipal de Campina Grande (PB).

² Mestre em Educação (UEPB); Pedagoga e Psicóloga pela UEPB; Especialista em Gestão Educacional e Educação de Jovens e Adultos pela UFPB e em Recursos Humanos pela UFPE. Professora do curso de Pedagogia da UVA/UNAVIDA; Coordenadora Pedagógica e Gestora Escolar da Rede Municipal de Ensino de Campina Grande (PB).

³ Mestre no PPGFP - Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Especialista em Formação do Educador pela UEPB. Professora do curso de Pedagogia da Universidade Aberta Vida UVA/UNAVIDA. Orientadora Educacional do Município de Esperança-PB. Professora da Educação Básica (Educação de Jovens e Adultos) do Município de Lagoa Seca (PB).

1. INTRODUÇÃO

Torna-se cada vez mais visível e consistente as práticas em torno das chamadas TIC (Tecnologias da informação e comunicação) que caracterizaram a revolução científica e tecnológica constante no mundo moderno. Essas tecnologias têm provocado significativas mudanças nas forças produtivas, nas relações de produção e na socialização humana. A revolução digital desencadeada pelo uso do computador e da internet, mudaram a maneira como as pessoas pensam, se relacionam e trabalham no universo social em que estão inseridas. Elas apresentam uma diversidade de ferramentas que ampliam as possibilidades de um novo fazer em várias esferas das atividades humanas. Novas formas de criar conhecimentos, educar e transmitir informações passaram a existir e subsidiar diversas práticas pedagógicas seja em sala de aula ou não.

Nessa direção, os recursos oferecidos pela tecnologia têm proporcionado uma emergência de outra realidade de linguagens, outros formatos de gêneros digitais, designando outras formas de práticas sociais de uso da linguagem, que pode ser reconhecida como novos modos de letramentos, os letramentos digitais. Por letramento digital entendemos a capacidade que tem o indivíduo de responder adequadamente as demandas sociais que envolvem a utilização dos recursos tecnológicos e a escrita no meio digital. Para interagir de modo eficiente, o usuário necessita dominar uma série de ações específicas próprias desse meio. Ser letrado digital representa, assim, a realização de modos de leitura e de escrita em situações que envolvem textos, imagens, sons, códigos variados, num novo formato, em hipertexto, tendo como suporte o contexto digital (ARCOVERDE, 2007).

Na esfera educacional, o fazer pedagógico, configurado pelo uso das tecnologias digitais, cria a possibilidade de diversificar as metodologias de ensino, revelando a necessidade de se investir em práticas pedagógicas norteadas pelo modo digital de apreensão dos conhecimentos. Nessa perspectiva, o professor é o grande diferenciador para a implementação de práticas educativas que potencializem os usos das tecnologias digitais.

É válido realçar que o professor será sempre o responsável pelo processo de ensino aprendizagem e, com isso, deve estar atento para o fato de que é essencial despir-se de velhas práticas e métodos transmissivos de ensino, para adaptar-se a uma nova demanda de aprendizagem. É nesse sentido, que para se envolver nesse novo modo de ler e de escrever,

devemos considerar que os professores precisam saber aprender a utilizar essas novas informações, de modo que seja possível qualificar sua prática pedagógica.

Levando-se em consideração a importância dos letramentos digitais na esfera educacional, podemos levantar alguns questionamentos: Quais as efetivas funcionalidades das ferramentas digitais na prática pedagógica do professor em sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE)? Como o uso dessas novas tecnologias pode contribuir para ampliar habilidades funcionais dos alunos com deficiência que são atendidos pela Sala de AEE?

É notório que a emergência e as constantes práticas sociais no contexto digital tornem cada vez mais necessário a busca por métodos de implementarem essas práticas no contexto educacional, em específico, no ambiente da sala de aula, visando um aprendizado em que se destaca as tecnologias digitais como importantes ferramentas para potencializar, inovar e qualificar o fazer pedagógico do professor que atua em sala de aula.

É relevante destacar, que de acordo com um estudo divulgado recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de municípios brasileiros que oferecem redes WiFi gratuitamente para seus cidadãos cresceu 83,2% no último ano. São Paulo dispara no topo do ranking com um total de 207 prefeituras ofertando tal serviço, sendo seguido por Minas Gerais (155) e Rio Grande do Sul (116). Apesar disso, apenas o Distrito Federal disponibiliza internet sem fio em 100% de seu território — outras unidades federativas têm cobertura de, no máximo, 46,7% de suas terras.

Ainda de acordo com a pesquisa TIC de domicílios (2015)⁴, a região Nordeste é acometida por um considerável percentual de desigualdade digital, a mesma apresenta índices bem inferior as demais regiões do país em relação a quantidades de equipamentos como computador de mesa ou portátil e acesso a internet por domicílio⁵, o que nos deixa claro que nossa região sofre, ainda, uma exclusão digital.

Não atentar para essa questão significa reproduzir e reforçar novas práticas de exclusão social. Dessa forma, preparar estes professores para a inclusão digital/ social é o desafio que se impõe frente ao processo de uma nova sociedade que se instaura.

Nesse sentido, este estudo tem como objetivo geral analisar como as práticas de letramentos digitais no fazer pedagógico do professor da Sala de AEE, em escolas da rede municipal de ensino de Campina Grande (PB), pode contribuir para inclusão de alunos com

⁴ Disponível em: <http://cetic.br/pesquisa/domicilios/> Acesso em julho de 2017.

⁵ Base: 67.038.766 domicílios. Dados coletados entre Novembro de 2015 e Junho de 2016.

deficiências. Como objetivos específicos elencamos: Diagnosticar as práticas de letramentos digitais de professores que atuam na Sala de AEE de duas escolas públicas do município de Campina Grande-PB; discutir o processo de letramento digital e sua contribuição para prática pedagógica do professor de AEE; Discutir como o uso das novas tecnologias pode contribuir para inclusão de alunos com deficiência. Como hipótese, propomos que a utilização das novas Tecnologias são ferramentas essenciais para a efetiva inclusão de alunos com deficiência no ensino regular.

Esta pesquisa teve como norte a metodologia empregada pelo paradigma da pesquisa qualitativa, levando em consideração o seu caráter descritivo e interpretativista em função do objeto de estudo. Dessa forma, segundo André (1998), a pesquisa qualitativa prioriza a descrição, ampla e com maior riqueza de detalhes, e a análise de fatos no contexto em que eles acontecem, a interação entre sujeitos, pesquisador e objeto de estudo, além de enfatizar o processo de conhecimentos e suas inter-relações.

Buscamos desenvolver uma interpretação mediante uma postura marcada pela observação participante, algumas vezes, compartilhando das mesmas experiências que os indivíduos pesquisados, para ter a possibilidade de descobrir aspectos relevantes e, através de um olhar cuidadoso, analisar e compreender os discursos, as ações e os processos de letramentos digitais dos participantes da pesquisa. Também consiste numa pesquisa etnográfica, pois buscamos “compartilhar as experiências dos indivíduos estudados de forma mais natural possível para melhor entender [...]” o aprendiz e os aspectos sociais, culturais relacionados ao processo educativo que ele vivencia (MOREIRA E CALEFFE 2008, p. 85).

A pesquisa de campo foi realizada em duas escolas da rede municipal de ensino da cidade de Campina Grande-PB. Portanto, os sujeitos da pesquisa foram professores de Sala de AEE. Na escola A são 22 crianças e adolescentes atendidos pelo AEE e na escola B são 17 crianças e adolescente atendidas.

Este estudo parte da premissa de que a utilização das novas tecnologias, no fazer pedagógico da Sala de AEE, pode contribuir com a inclusão de pessoas com deficiência, proporcionando uma quebra de paradigmas que ainda se fazem presentes no nosso cotidiano. Nesse sentido o uso das novas tecnologias contribui para a inclusão, tirando de foco a deficiência e potencializando o desenvolvimento humano.

Para coleta de dados utilizamos como instrumento, inicialmente a observação das Salas de AEE das duas escolas, procurando fazer um levantamento de equipamentos

disponíveis para os alunos. Posteriormente, utilizamos um questionário com perguntas abertas e fechadas.

2. AS NOVAS TECNOLOGIAS EM SALA DE AULA: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Abordar a temática da inclusão escolar, atualmente, representa a expressão de um anseio de que pessoas portadoras de quaisquer deficiências possam ser incluídas em escolas regulares. No entanto, se faz necessário uma reorganização do sistema educacional, que precisa assumir uma perspectiva inclusiva e trabalhar com um novo modelo de escola, um novo modelo de formação docente, aponta para um novo modelo de escola e, conseqüentemente, um novo modelo de formação docente, onde se requer um professor cada vez mais preparado para atuar nesse novo modelo de escola, pautada na diversidade e contrária ao modelo tradicional até então vigente, historicamente excludente, seletiva, pautada em um modelo de ensino homogeneizador. Aliado a esse novo modelo de escola, precisa-se assegurar recursos, estratégias e serviços diferenciados e alternativos para atender às especificidades educacionais dos alunos que necessitam do AEE.

Nesse sentido, falarmos em inclusão representa um grande desafio, visto que implica discutir o papel da escola frente esse novo paradigma de inclusão e vem exigir desta o rompimento com as ideologias que marcaram a relação da escola com alunos que durante muito tempo foram excluídos do contexto do ensino regular, abrindo-se dessa forma para novas demandas de alunos que chegam à escola e trazem consigo uma série de necessidades especiais que exigem destas práticas que propiciem a integração.

No Brasil, os dados e informações em relação à pessoa com deficiência ainda é muito desconhecidas da população em geral. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), 10% da população mundial é composta de pessoas com algum tipo de deficiência. No Brasil, 23,9% da população total, têm algum tipo de deficiência – visual, auditiva, motora e mental ou intelectual, o que corresponde a 45.606.048 de brasileiro. A Cartilha do Censo 2010⁶ mostra que a região Nordeste teve a maior taxa de prevalência de pessoas com deficiência com, pelo menos, uma das deficiências, de 26,3%, tendência que foi mantida

⁶ Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência / Luiza Maria Borges Oliveira / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília : SDH-PR/SNPD, 2012.

desde o Censo de 2000, quando a taxa foi de 16,8% e a maior entre as regiões brasileiras. As menores incidências ocorreram nas regiões Sul e Centro Oeste, 22,5% e 22,51%, respectivamente.

A educação voltada as pessoas com deficiência ganhou espaço no Brasil a partir da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, e da regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN, Lei nº. 9.394/96, onde essas tiveram evidenciado o seu direito a uma educação de qualidade e com ênfase na inclusão escolar. Desde então, vem se buscando novos caminhos pedagógicos para inclusão de pessoas com deficiência na escola e para isso passaram a ser revistos processos avaliativos, estratégias metodológicas e didáticas e implementação de novas tecnologias assistivas com o intuito de aperfeiçoar o sistema educacional nos diversos níveis de ensino e fortalecer o princípio da inclusão.

Portanto a LDBEN 9394/96, passou a explicitar as formas de atendimento as pessoas com necessidades especiais, que passou a ser, preferencialmente, na rede regular de ensino e a oferta destes serviços deve iniciar-se na educação infantil, ou seja, na faixa etária de zero a seis anos (BRASIL, 1996). Entretanto, ao longo desses anos e as inúmeras Leis que foram surgindo, a Educação Inclusiva vem se constituindo um desafio, como afirma Dorziat (2009, p. 11),

[...] inclusão – continua sendo o grande desafio da sociedade contemporânea. E, para implementar ações nessa direção, é necessário primeiro desmontar a lógica reforçada pelas políticas que promoveram o atual estado de coisas. Ao não fazê-lo, está se contribuindo para a criação de novos grupos de excluídos e está-se deixando de possibilitar o estabelecimento de outros mecanismos de convivência social, em que as diferenças sejam consideradas versão mais construtiva.

2.1. O Atendimento Educacional Especializado (AEE): Conquistas e desafios

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Brasil, ganha contorno no campo educacional a partir do Decreto Nº 6.571/2008 que passou a regulamentar a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais com o objetivo promover condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação nas escolas públicas de ensino regular. Para Moretti e Corrêa (2009, p.487) na perspectiva inclusiva a sala de recursos tornou-se muito importante, pois visa oferecer o apoio

educacional complementar necessário para que o aluno se desempenhe e permaneça na classe comum, com sucesso escolar.

Na rede municipal de ensino de Campina Grande (PB), assim como em todo o sistema de ensino brasileiro, podemos considerar que as políticas de inclusão e o atendimento educacional especializado às pessoas com necessidades educacionais especiais, ainda enfrenta enormes desafios. O Sistema de ensino municipal e as escolas vêm-se adequando para a oferta do atendimento educacional especializado proposto e recomendado pela legislação, buscando garantir os direitos dos alunos e propiciando-lhes acesso ao conhecimento. As escolas da Rede Municipal de Ensino vêm-se adequando para a oferta do atendimento educacional especializado proposto e recomendado pela legislação, buscando garantir os direitos dos alunos e propiciando-lhes acesso ao conhecimento. No cenário da inclusão educacional, a sala de recursos multifuncionais constitui-se em:

[...] espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar (ALVES, 2006, p. 13).

De acordo com o autor, o Atendimento educacional especializado diz respeito a um serviço pedagógico ofertado aos alunos, através de estratégias, recursos e atividades específicas e adequadas as suas necessidades, com vistas a subsidiá-los no processo de aquisição do conhecimento em sala de aula comum, bem como de um trabalho de colaboração com os professores de sala de aula comum e demais profissionais da escola, profissionais especializados atuantes em instituições especializadas e de orientação às famílias. Esse atendimento visa um melhor desenvolvimento da aprendizagem dos educandos no contexto educativo e, conseqüentemente, contribuir com a formação de um sujeito autônomo e ativo na sociedade.

2.2. O uso da tecnologia na prática pedagógica do professor de AEE

De acordo com Valente (1998) o uso da tecnologia nas práticas educativas trouxe novas formas de ensinar e esta poderá servir para proporcionar uma nova forma de atuação do professor e do aluno. A adequação destes novos recursos ao AEE poderá ser um importante

instrumento no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Entretanto, apesar de estarmos na sociedade da informação e a despeito de as políticas públicas de governo incentivarem o aparelhamento tecnológico das escolas, notamos que muitos professores não estão familiarizados com o uso do computador na sua prática em sala de aula. De acordo com Folque (2011), as ferramentas tecnológicas podem enriquecer a diversidade de materiais e contextos de aprendizagem e estes devem fazer parte do contexto natural de aprendizagem das crianças para que possam responder às suas necessidades.

Atualmente, muito está se discutindo sobre a prática docente através do uso de Tecnologias da Informação e da Comunicação que, além de favorecer determinados comportamentos, influência nos processos de aprendizagem. A utilização devidamente planejada e adequada pode viabilizar e favorecer o desenvolvimento e aprendizado do aluno com necessidade educacional especial, e ainda pode contribuir no seu processo de inclusão no contexto da escola regular. Nesse sentido, Mantoan (2000), defende que para se tornarem inclusivas, acessíveis a todos os seus alunos, as escolas precisam se organizar como sistemas abertos, em função das trocas entre seus elementos e com aqueles que lhe são externos. Os professores precisam dotar as salas de aula e os demais espaços pedagógicos de recursos variados, propiciando atividades flexíveis, abrangentes em seus objetivos e conteúdos, nas quais os alunos se encaixam, segundo seus interesses, inclinações e habilidades.

Freitas (2000), explica que o uso da tecnologia se constitui um recurso altamente atrativo, instigante e estimulante para que o aprendizado dos alunos com necessidades especiais, ajudando-os inserir-se sem traumas nas escolas regulares, inclusive favorecendo a cooperatividade. Ainda, Segundo a autora, os ambientes de aprendizagem baseados nas tecnologias da informação e da comunicação, que compreendem o uso da informática, do computador, da Internet, das ferramentas para a Educação a Distância e de outros recursos e linguagens digitais, proporcionam atividades com propósitos educacionais, interessantes e desafiadoras, favorecendo a construção do conhecimento, no qual o aluno busca, explora, questiona, tem curiosidade, procura e propõe soluções.

O computador é um meio de atrair o aluno com necessidades educacionais especiais à escola, pois, à medida que ele tem contato com este equipamento, consegue abstrair e verificar a aplicabilidade do que está sendo estudado, sem medo de errar, construindo o conhecimento pela tentativa de ensaio e erro.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, indagamos as professoras sobre o acesso às tecnologias na escola, como, por exemplo, o uso do computador e a internet e verificamos que as professoras possuem realidades bem parecidas em relação à disponibilidade de internet e o uso do computador na Sala do AEE. Em ambas as escolas, as professoras relataram que seria muito bom poder usar diversos jogos online educativos, ou programas destinados a esse tipo de atendimento, porém a escola não dispõe de internet e o computador destinado ao atendimento dos alunos encontra-se sem funcionar. Quando desejam passar um vídeo ou levarem algo diferente para os alunos, estas relataram que levam seus computadores pessoais.

Podemos constatar que as duas escolas possuem laboratório de informática, porém como não passam por manutenção frequente, estes não são usados para desenvolver atividades diferenciadas para os alunos com necessidades especiais em atendimento no AEE. Realidade que se contradiz com o que afirma Ianni (2001), que em um mundo globalizado, objetos como computadores, televisão, telefax, celular e outros permitem conhecer novos horizontes, conhecer culturas e línguas, mercados e regimes de governo; permitem modificar signos e realidades que nos são apresentada, sendo dessa forma, imprescindível que o sistema educacional se envolva com essas tecnologias de forma a criar novas formas de se ensinar.

Nesse sentido, a realidade observada é bem semelhante à que afirma Silveira (2001), quando alerta que mesmo com a introdução de computadores em laboratórios e conexão de internet disponível, muitas escolas deixam esses equipamentos sem uso, em geral, pela falta de prática de professores e ausência de uma política educacional de uso da informação disponível na Internet como instrumento pedagógico e de reforço à pesquisa escolar. O resultado dessa situação é a possibilidade de que muitas salas de informática, principalmente do ensino público, fiquem trancadas e acabem sendo alvo de sucateamento e furto de equipamentos.

As professoras identificam algumas estratégias inclusivas que precisam ser desenvolvidas em sala de aula visando o desenvolvimento de competências sociais e cognitivas de crianças, como por exemplo, o uso de material pedagógico atrativo, uma rotina pedagógica bem estruturada, o uso do computador como suporte visual e atividades adaptadas, mas que sejam feitas o mais próximo possível das realizadas pelos colegas. Porém, relatam a falta de uma equipe

multidisciplinar que forneça o apoio e acompanhamento ao trabalho do professor em sala de aula, bem como a deficiência estrutural da sala de atendimento as crianças.

Quando indagadas sobre quais tecnologias a escola ou a sala de AEE pode oferecer as crianças, estas responderam que a sala de Multimeios foi projetada para ter, livros falados, softwares ou teclados e mouses diferenciados, computadores, impressora, jogos e diversos outros recursos que compõem a tecnologia assistiva. No entanto, boa parte do material encontra-se sucateado e sem condições de uso pelos alunos, desde que essas duas salas foram implantadas não se repõem nenhum desses materiais. De acordo com a Declaração Mundial sobre a Educação para todos (UNESCO, 1990) afirma que vale a pena explorar o potencial que oferecem as bibliotecas, a televisão, o rádio e os outros meios de informação para atender às necessidades educacionais fundamentais de todos.

Para que ocorra a inclusão das Pessoas Com Deficiência em todos os segmentos, é imprescindível adequar às estruturas humanas, físicas e técnicas. Eliminar as barreiras interpostas historicamente, noções preconceituosas e discriminatórias, trabalhar para garantir a informação a respeito da deficiência, como também melhorar, ou adequar às estruturas físicas arquitetônicas, construindo rampas, meios de comunicação, móveis, utensílios e equipamentos adaptados.

As professoras, participantes da pesquisa, identificam algumas estratégias inclusivas que precisam ser desenvolvidas em sala de aula visando o desenvolvimento de competências sociais e cognitivas de crianças especiais, como por exemplo, o uso de material pedagógico atrativo, uma rotina pedagógica bem estruturada, o uso do computador como suporte visual, atividades adaptadas, a TV-pendrive, o data-show, aparelho de DVD entre outras Tecnologias de Informação e Comunicação. Essas ferramentas tornam-se fortes aliadas do professor, pois permite através dele o trabalho com músicas, filmes e imagens, trabalharmos o conteúdo de modo mais vivo e dinâmico.

No entanto, na pesquisa realizada os professores afirmaram serem os aparelhos que mais dão problemas e não passam por manutenção permanente, o que leva ao sucateamento e precárias condições estruturais das salas de AEE. Nesse sentido, Valente (2002) e Schlünzen (2000) defende que a informática pode ser um recurso auxiliar para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, onde o foco da educação passa a ser o aluno, construtor de novos conhecimentos, em um ambiente contextualizado e significativo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo deixou evidente as dificuldades enfrentadas pelas professoras das salas de Recursos Multifuncionais que tentam empregar as novas tecnologias no AEE, porém é preciso adequar às estruturas físicas arquitetônicas, meios de comunicação, móveis, utensílios e equipamentos. As escolas pesquisadas apresentam equipamentos sucateados e sem manutenção, o que dificulta a utilização destes nas práticas pedagógicas.

A inserção de novas tecnologias na sala de aula promove a abertura de um novo mundo às crianças e jovens com necessidades especiais, entretanto também nos deparamos com falta de preparo dos professores.

Nesse sentido, registra-se a necessidade de maior atenção e compromisso do sistema público de ensino na gestão de estratégias facilitadoras que efetivamente promovam a melhoria da qualidade do ensino, em particular, a intensificação de ações permitam o acesso dos alunos especiais as novas tecnologias no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e de formação de professores das salas de recursos para o uso intencional e sistematizado de tecnologias assistivas voltadas para o atendimento de estudantes com necessidades educacionais especiais.

5. REFERENCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de recursos multifuncionais: espaço para atendimento educacional especializado**. Brasília: MEC, 2006.

ARCOVERDE, R. D de L. **Prática de Letramento no ambiente digital**. *Revista Língua Escrita*, Rede Escrita, UFMG, v. 2, p. 1-18, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L4024.htm. Acesso em agosto de 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em agosto de 2017.

BRASIL. Decreto n 6.571, de 17 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o atendimento educacional especializado.** Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/decreto6571_08.pdf. Acesso em agosto de 2017.

DORZIAT, Ana. O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas identidade/diferença, currículo e inclusão. Editora Vozes, Petrópolis: 2009. **Educação Inclusiva: atendimento educacional especializado em deficiência mental.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial /SEED/MEC. Brasília: 2006.

DORZIAT, Ana. **O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas Identidade/Diferença, Currículo e Inclusão.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FOLQUE, Maria da Assunção. **Educação Infantil, tecnologia e cultura.** Revista Pátio, Jul/Set-, 2011 – p. 8-11.

FREITAS, M. T. de A. As apropriações do pensamento de Vygotsky no Brasil: um tema em debate. In: **Psicologia da Educação. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia da Educação.** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: 2000, n.10/11: 9-28.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1996.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Texto publicado em Espaço: informativo técnico-científico** do INES, nº 13 (janeiro-junho 2000), Rio de Janeiro: INES, 2000, p. 55-60.

MOREIRA, Herivelto e CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

SCHLÜNZEN, E. T. M. **Mudanças nas práticas pedagógicas do professor: criando um ambiente construcionista, contextualizado e significativo para crianças com necessidades especiais físicas.** Tese (Doutorado em Educação: Currículo), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; CASSINO, João (Org.). **Software livre e inclusão digital.** São Paulo: Conrad, 2001. Cap. 1, p.17-47.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.** Tailândia, 1990.

VALENTE, José. A. Análise dos diferentes tipos de software usados na educação. In: **O computador na sociedade do conhecimento.** Campinas: Unicamp/NIED, 1999

VALENTE, J. **Pesquisa, comunicação e aprendizagem com o computador.** Série “Pedagogia de Projetos e Integração de Mídias” - Programa Salto para o Futuro, Setembro, 2002.